



Plano Anual de Capacitação

- Exercício 2020 -

Florianópolis, 5 de dezembro de 2019.



1. APRESENTAÇÃO

A Escola Judiciária de Santa Catarina, fundamentada pelas Resoluções TRESA n. 7.927/2015 (Reestruturação da EJESC) e n. 7.928/2015 (Regimento Interno), reúne as seguintes finalidades:

(I) a formação, a atualização e a especialização continuada ou eventual em áreas de interesse da Justiça Eleitoral, de seus magistrados e servidores, admitida a participação de outros interessados;

(II) o aperfeiçoamento de magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, com foco na melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços eleitorais;

(III) o desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral;

(IV) o desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social voltadas ao fortalecimento da cidadania.

Em vista da publicação das citadas Resoluções, as ações de capacitação de servidores e magistrados são responsabilidade da EJESC cabendo-lhe a elaboração e a execução do Plano Anual de Capacitação (PAC) que integra o Plano Anual de Trabalho (PAT), também elaborado pela Escola.

É objetivo do PAC a promoção da profissionalização e valorização dos servidores com vistas ao alcance das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do Tribunal.

2. DESCRIÇÃO DO PAC 2020

Para a elaboração do PAC 2020, foram feitos levantamentos junto às Unidades da Secretaria do TRESA e os relatores de cada eixo definiram os cursos a serem realizados durante o ano.

Consideradas a escassez de recursos e as prioridades estabelecidas, definiu-se pela preferência da oferta de cursos em EaD, o repasse de conhecimento de servidores e juizes e a parceria com outros órgãos públicos.

2.1. Plano de Capacitação Técnica

O **Plano de Capacitação Técnica** é composto por eixos temáticos de competência, já definidos. Os eixos temáticos de competência são divididos em subeixos. Para o ano de 2020 já ficaram definidos os temas a serem contemplados.



EIXO	SUB-EIXO	TEMA
Auditoria e controle	Auditoria	Formação de auditores; Técnicas de auditoria;
Auditoria e Controle	Controle Interno e externo	Controle interno e externo.
Comunicação Institucional	Cerimonial e protocolo	Cerimonial e protocolo
Comunicação Institucional	Assessoria de Imprensa	Conbrascom Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça
Comunicação Institucional	Divulgação e Marketing	Capacitação de equipe de Assessoria de Comunicação na gestão de crise, monitoramento de informação e gestão estratégica de comunicação.
Comunicação Institucional	Redes Sociais	Atualização na Gestão, monitoramento e interação nas Redes Sociais. Elaboração e execução completa de campanha de divulgação nas redes sociais.
Gestão Administrativa	Infraestrutura	Manutenção de edifícios e patologias em edificações;
Gestão Administrativa	Licitações e contratos	Atualização/questões polêmicas em licitações e contratos administrativos;
Gestão Administrativa	Pregão eletrônico	Novo Decreto do Pregão Eletrônico/formação de pregoeiros
Gestão administrativa	Segurança	Reciclagem dos agentes de segurança
Gestão da informação	Gestão da informação	Lei Geral de Proteção de dados
Gestão de Pessoas	Capacitação	Continuidade das bolsas de estudo
Gestão de Pessoas	Capacitação EAD	Criação de conteúdos com recursos tecnológicos.
Gestão de Pessoas	Capacitação EAD	Produção de Conteúdos em EAD
Gestão de Pessoas	Capacitação	Cursos/Congressos/Seminários na área de governança e gestão de pessoas
Gestão de Pessoas	Gestão de pessoas	Feedback – oferecido a todos os servidores, tendo em vista o novo modelo de avaliação de desempenho a ser implementado



Gestão de Pessoas	Gestão de pessoas	Legislação de pessoal avançada e principais inovações normativas: reforma da previdência, focando na nova legislação (regras de transição, aposentadoria especial, enfim todas as mudanças), bem como a nova forma de calcular a média da aposentadoria (condicionada à aprovação da reforma); aspectos relacionados com a avaliação e reavaliação médica para as finalidades de aposentadoria por invalidez; concessão de aposentadoria especial aos servidores portadores de deficiência; concessão de licenças para tratamento de saúde (própria e em pessoa da família); designação/nomeação/substituição de ocupantes de cargos em comissão e de função comissionada; prazos aquisitivos de férias; remoção/redistribuição; averbação de tempo de serviço/contribuição; concurso de remoção;
Gestão de Pessoas	Desenvolvimento	Liderança de Alto Impacto - módulos 9 e 10
Gestão de Pessoas	Legislação de pessoal	Atualização em Legislação de Pessoal; Aposentadorias e Pensões;
Planejamento e gestão	Ouvidoria	Ouvidoria e Acesso à Informação
Prestação Jurisdicional	Direito Eleitoral e Processual Eleitoral	Atualização em Direito eleitoral;
Tecnologia da Informação	Segurança da Informação	Segurança da Informação no Desenvolvimento e na Infraestrutura de Sistemas
Tecnologia da Informação	Desenvolvimento de Software	HTML5, CSS 3, Acessibilidade, UX (User experience), Javascript, Angular (programação front-end), Python (administração de servidores), Design Thinking
Tecnologia da Informação	Banco de Dados	Ciência de Dados
Tecnologia da Informação	Desenvolvimento de Software	The Developers Conference (TDC) 2020
Tecnologia da informação	Gestão de conteúdo WEB	Intranet/Internet (typo)
Tecnologia da Informação	Desenvolvimento de Software	Fábrica de softwares

O plano de capacitação técnica já engloba o desenvolvimento organizacional previsto na Resolução TSE n. 22.572, de 16 de agosto de 2007.

2.2. Plano de Capacitação de Órgãos Públicos

O **Plano de Capacitação de Órgãos Públicos** tem por escopo o aproveitamento das ações educacionais organizadas por outros órgãos públicos.



2.3. Auxílios-bolsa de estudo

Será dada continuidade aos pagamentos das bolsas em curso, enquanto houver recursos, podendo ser interrompidas em qualquer momento.

2.4. Plano de Capacitação em Eleições

O **Plano de Capacitação em Eleições**, voltado às eleições 2020, conta com orçamento e calendários próprios.

3. MODALIDADES DE ENSINO PAC/2020

Este PAC adota como estratégia de ensino as modalidades de capacitação definidas, metodologicamente como:

1. Virtuais: cursos na modalidade de ensino à distância disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça — CNJ, Tribunal Superior Eleitoral — TSE, outros Tribunais Regionais Eleitorais ou por outros parceiros, bem como contratados no mercado ou elaborados por tutores internos. Proporcionam ações de desenvolvimento sem restrições pelas distâncias geográficas.

2. Externos: cursos ministrados fora das dependências do Tribunal ou não promovidos por este, sejam eles contratados ou com despesas apenas de deslocamento e permanência (passagens e diárias) ou integralmente gratuitos.

3. *In company*: cursos ministrados nas dependências do Tribunal ou promovidos por este em local cedido ou alugado, com a finalidade de capacitar o maior número de servidores com menor impacto no orçamento, otimizando recursos. Os cursos desta modalidade podem ser presenciais - com a participação *in loco* dos servidores -, ou semipresenciais - presencial com videoconferência. Podem ainda, ser contratados ou baseados no repasse de informações de outros servidores.

4. DESCRIÇÃO DO PAC/2020

A execução dos Planos de Capacitação está condicionada à disponibilização da verba orçamentária das ações estratégicas “Capacitação de Recursos Humanos – PAC e Capacitação de Recursos Humanos – TI”. A previsão orçamentária para 2020 é de R\$ 399.000,00 (trezentos e noventa e nove mil reais).

Com a finalidade de otimizar a utilização da verba destinada à formação e aperfeiçoamento do servidor, definiu-se por seguir as diretrizes que seguem:

1. Definição de temas prioritárias;
2. Contemplação de cursos obrigatórios;
3. Preferência por cursos EAD, possibilitando a capacitação de servidores de todo o Estado;
4. Compromisso de repasse de conhecimento obtido em capacitação entre servidores;



5. Incentivo à participação em cursos promovidos por Órgãos Públicos, em especial na cidade de lotação do servidor;

Busca-se, com a implementação dessas diretrizes, atender ao disposto na Resolução CNJ n. 192/2014 - Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores da Justiça Eleitoral.

5. PREVISÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Ações de Execução Orçamentária - Exercício 2019	
PAC	Valores
Plano de Capacitação Técnica	306.975,00
Plano de Capacitação em Órgãos Públicos	72.900,00
Auxílios-bolsa de estudo	19.125,00
Total	399.000,00

6. OBJETIVO GERAL

Promover a desenvolvimento técnico e gerencial dos servidores e assegurar que o programa de capacitação dos servidores do TRESA seja executado em consonância com a missão e os objetivos estratégicos institucionais.

7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Coordenar e possibilitar o acesso de todos os servidores às ações de capacitação e desenvolvimento.
- Utilizar com efetividade os recursos orçamentários disponíveis, a fim de garantir a melhor relação custo-benefício para a Administração.
- Desenvolver e priorizar o uso da metodologia EaD, por meio de cursos disponibilizados pelo CNJ, TSE ou por outros Tribunais Regionais Eleitorais, bem como contratados no mercado ou desenvolvidos por instrutores internos.
- Estabelecer parcerias com outros órgãos e instituições para execução de ações de capacitação.
- Encaminhar somente um servidor para cursos externos com custos, o qual deverá repassar o conhecimento apreendido aos demais, por explanação ou relatório.
- Evitar a contratação de cursos in company, reservando essa metodologia para aqueles que não tenham sido contemplados nas formas anteriores.
- Cumprir as metas estratégicas definidas no Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral.



8. METODOLOGIA

O processo de elaboração do Plano Anual de Capacitação – 2020, foi coordenado pela Secretaria Executiva da EJESC.

No Plano de Capacitação Técnico permanecem os eixos temáticos de competências direcionando o levantamento das necessidades de capacitação. Esses eixos temáticos fixam diretrizes às unidades administrativas para delimitar os domínios de competências de interesse institucional e funcionam como classificação das necessidades de treinamentos identificadas.

Os temas que constituem este PAC, foram discutidos pelos relatores¹ dos eixos. Assim, o processo de construção do PAC/2020 envolveu as seguintes etapas:

1ª Etapa

- Identificação dos treinamentos de interesse das unidades administrativas.
- Compilação de todos os treinamentos indicados em uma única planilha.

2ª Etapa

- Consolidação, pelos relatores, do Plano de Capacitação técnico.

3ª Etapa

- Elaboração do relatório do Plano Anual de Capacitação e apresentação ao Conselho Deliberativo e Técnico-científico da EJESC, para aprovação.

¹ Os relatores dos eixos temáticos são os responsáveis pela sistematização do eixo conexo à atividade precípua de cada unidade administrativa

4ª Etapa

- Implementação e Operacionalização do Plano pela EJESC.
- Acompanhamento e avaliação das ações de capacitação.

9. Considerações Finais

A ações educacionais a serem implementadas pela EJESC no ano de 2020 estão apontadas neste documento.

A disponibilização das ações de capacitação será gerenciada pela Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina – EJESC.

Aprovado pelo Conselho Deliberativo e Técnico Científico.

Florianópolis, 5 de dezembro de 2020.

¹ Os relatores dos eixos temáticos são os responsáveis pela sistematização do eixo conexo à atividade precípua de cada unidade administrativa